

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

BIANCA DE CARVALHO PEREIRA CAMPOS

**O Sistema Popular de Abastecimento de Alimentos Saudáveis
sob a ótica da construção de força social**

Rio de Janeiro

2021

BIANCA DE CARVALHO PEREIRA CAMPOS

**O Sistema Popular de Abastecimento de Alimentos Saudáveis
sob a ótica da construção de força social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Orientador: Felipe Addor

Co-orientador: Marcelo Gomes Ribeiro

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

C198s Campos , Bianca de Carvalho Pereira
O Sistema Popular de Abastecimento de Alimentos
Saudáveis sob a ótica da construção de força social /
Bianca de Carvalho Pereira Campos . -- Rio de
Janeiro, 2021.
46 f.

Orientador: Felipe Addor.
Coorientador: Marcelo Gomes Ribeiro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2021.

1. Força Social. 2. Organização política-econômica.
3. Movimento dos Pequenos Agricultores. 4. SAAP. I.
Addor, Felipe, orient. II. Ribeiro, Marcelo Gomes,
coorient. III. Título.

BIANCA DE CARVALHO PEREIRA CAMPOS

**O Sistema Popular de Abastecimento de Alimentos Saudáveis
sob a ótica da construção de força social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Aprovado em 11 de junho de 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Felipe Addor

Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social e Econômico - UFRJ



Prof. Marcelo Gomes Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Filipe Souza Corrêa

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Ma. Layssa Ramos Maia de Almeida

Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - UFRJ

A curiosidade pelo tema desse trabalho surgiu de uma experiência concreta de luta e organização. Foram 6 anos dedicados a construir coletivamente soluções para os problemas do povo brasileiro e latino-americano. Essa experiência vital me fez decidida e conscientemente querer dedicar minha vida à emancipação e autodeterminação dos povos em qualquer parte do mundo.

Chegando a universidade pude ver como essas instituições são instrumentos de produção e reprodução da ideologia classista dominante. No entanto, dentro dela também existem diversos sujeitos organizados coletivamente que lutam e constroem uma universidade pública, gratuita, de qualidade. Sendo mais uma trincheira da luta política-ideológica, encontrei na universidade militantes comprometidos com a democratização do conhecimento.

A universidade pública me deu instrumentos e infraestrutura para desenvolver minha formação. E como resposta ao esforço do trabalhador que construiu a sala de aula, da trabalhadora que me servia a refeição do restaurante universitário, dos motoristas de ônibus internos da UFRJ e de tantos outros que com suas mãos ergueram o mundo, dedico meu trabalho.

[...] E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.

(Trecho do poema O operário em construção de Vinícius de Moraes)

AGRADECIMENTOS

A cada linha escrita nesta pesquisa há trabalho de mais de duas mãos. Aprecio a todas as pessoas que compartilharam momentos na trajetória da minha vida até aqui. No amadurecer construímos nosso caminho sem um mapa. As escolhas certas fizeram-me sentir em casa, pertencente, como “no lugar certo, na hora certa”. As escolhas erradas apontaram minhas contradições e me fizeram enfrentar meus obstáculos. Sou resultado dos encontros e desencontros dessa jornada.

Primeiramente, agradeço a minha família. Fui premiada a conviver com pessoas que, sem saber quem eu me tornaria, decidiram-me amar e se dedicaram ao máximo para que eu pudesse-me desenvolver e descobrir quem eu quero ser. Tenho a sorte de ter uma família grande que compartilha diferenças e similitudes. Isso faz crescer o espírito e o horizonte.

Agradeço também aos amigos que me ensinaram que as relações e vínculos afetivos que construímos são o que existe de mais precioso em nossas vidas. Alguns encontros foram pontuais, outros tiveram seu limite traçado por uma fase da vida, alguns ultrapassaram esses limites e os levarei para sempre comigo. O importante é que cada conexão desbloqueou uma outra Bianca possível. Não seria quem sou se não fosse por essas partilhas.

Agradeço igualmente a todos que contribuíram no meu processo de formação até aqui. Vocês me ensinaram a ler e escrever, a resolver problemas matemáticos e a compreender os fenômenos da vida e da natureza, a ser curiosa, a pesquisar e a argumentar minhas reflexões. Mas agradeço sobretudo aos meus orientadores por me conduzirem nessa etapa final da minha graduação. Em meio a minha vontade de abraçar o mundo com meu TCC, aceitaram meus interesses e me indicaram os possíveis caminhos para a construção da minha pesquisa.

Por fim, um agradecimento especial a minha irmã Beatriz, ao meu irmão de alma Ali, ao meu companheiro Guille por aportarem tanto em minha vida. Depois de agradecer a cada um que me ajudou a chegar até aqui, parafraseio Galeano, e os declaro inocentes do resultado deste trabalho

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Sistema Popular de Abastecimento de Alimentos Saudáveis (SAAP). Trata-se de uma experiência construída em 2015 para dar cabo às formulações estratégicas do Movimento dos Pequenos Agricultores-RJ sintetizadas posteriormente no documento em permanente elaboração nomeado de Plano Camponês (Palmeira et al, 2019). Dentre o conjunto de iniciativas político-econômica que compõe esse sistema, encontra-se a mobilização das condições para a manutenção da vida no campo, a eliminação da figura do atravessador no processo de circulação das mercadorias, a organização dos consumidores enquanto núcleos territorializados de consumo consciente, a promoção de ações de solidariedade, o fomento às reflexões críticas e à organização política. Sob a ótica da força social, o MPA-RJ vem articulando diferentes setores sociais em prol de um interesse comum, a saber, o modo de produção camponês e a luta por soberania alimentar. A partir de respostas objetivas e subjetivas o MPA-RJ constrói um elo comum entre trabalhadores urbanos e camponeses. Desse modo, a construção de relações econômicas não capitalistas, responde a certas necessidades produtivas e de abastecimento e possibilita a organização política, prefigurando o projeto de sociedade do movimento. Nesse sentido, o estudo sobre o SAAP nos dá pistas em relação a contribuição da organização político-econômica enquanto ferramenta de construção de força social.

Palavras-chave: força social. organização político-econômica. mpa. saap

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objeto de estudio el Sistema Popular de Abastecimiento de Alimentos Saludables (SAAP). Es una experiencia construida en 2015 con la finalidad de poner en práctica las formulaciones estratégicas del Movimiento de Pequeños Agricultores-RJ sintetizadas más adelante en el documento en permanente elaboración denominado Plan Campesino (Palmeira et al, 2019). Entre el conjunto de iniciativas políticas y económicas que componen este sistema, se encuentra la movilización de condiciones para el mantenimiento de la vida en el campo, la eliminación de la figura del intermediario en el proceso de circulación de bienes, la organización de los consumidores como los centros de consumo territorializados conscientes, la promoción de acciones solidarias, la promoción de la reflexión crítica y la organización política. Desde la perspectiva de la fuerza social, MPA-RJ ha ido articulando diferentes sectores sociales a favor de un interés común, a saber, el método de producción campesina y la lucha por la soberanía alimentaria. Basado en respuestas objetivas y subjetivas, MPA-RJ construye un vínculo común entre trabajadores urbanos y campesinos. De este modo, la construcción de relaciones económicas no capitalistas contesta a ciertas necesidades productivas y de abastecimiento y posibilita la organización política, ensayando el proyecto de sociedad del movimiento. Finalmente, el estudio sobre SAAP nos da pistas sobre el aporte de la organización político-económica como herramienta para la construcción de fuerza social.

PALABRAS CLAVES: fuerza social. organización política-económica. mpa. saap

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DO CONCEITO DE FORÇA SOCIAL	12
2.1	O que é força social?	12
2.2	Correlação de força e correlação de forças sociais	13
2.3	Tarefas políticas e situação concreta	14
3	ESTUDO DE CASO	18
3.1	O contexto de criação do Movimento dos Pequenos Agricultores	18
3.2	O processo de nacionalização do movimento	19
3.3	A organização do movimento	22
3.4	A luta	25
3.5	O Sistema Popular de Abastecimento Alimentar do MPA-RJ	29
4	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICES	42
	Apêndice A – Tabela de evolução da Cesta Camponesa	42
	Apêndice B – Entrevista com Ali Alvarez, coordenador do MPA-RJ	43

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Argôlo (2018), as forças progressistas estão sofrendo uma derrota estratégica¹, a qual impõe uma correlação de forças desfavorável para vitórias das lutas sociais. Harnecker (2003) nomeia o período em que as forças progressistas têm pouca capacidade de mobilização e intervenção na disputa política como *período de acumulação de forças*. Esse período teria a tarefa central de se preparar e reorganizar a ofensiva estratégica, ou seja, construir experiências de organização, agitação e propaganda e política de alianças para a recomposição de uma força social capaz de intervir positivamente na sociedade.

Além disso, a conjuntura social, econômica e política do atual período também está catalisada pelas consequências da pandemia do covid-19. Para Melo e Cabral (2020), os efeitos da pandemia agudizaram as crises que acompanhavam o país e atingiram mais fortemente o setor informal de trabalhos, aumentando a situação de desigualdade e vulnerabilidade social. Segundo a pesquisa publicada pela revista Correio Braziliense (2021), atualmente existem 125 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil. Isso quer dizer que a cada 10 domicílios seis acordam todos os dias sem saber se poderão se alimentar adequadamente. De acordo com o resultado dessa pesquisa (Correio Braziliense, 2021), essa situação é um exemplo da desigualdade que tomou conta do Brasil e está diretamente ligada ao encolhimento da renda das famílias brasileiras.

Nesse contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores se propôs o desafio estratégico de construir a aliança operário-camponesa a partir da luta pela soberania alimentar, formulada no seu Plano Camponês (Palmeira *et al.*, 2019). Nesse sentido, o Sistema Popular de Abastecimento Alimentar (SAAP) é um conjunto de iniciativas que fomentam a produção agroecológica camponesa por meio do consumo consciente na cidade. Além de contribuir para a permanência da família camponesa no campo, articula e mobiliza outros setores da sociedade urbana, por meio da

¹ De acordo com Argôlo (2018, não paginado): “Uma derrota estratégica é uma derrota de importância decisiva, que implica na deterioração do conjunto da situação política. Assim, é verificada quando a derrota de uma parte tem consequências sérias para o todo. Ela difere da derrota tática, que não tem um caráter decisivo para o todo, não influi no conjunto da luta. É pelas consequências para o todo, seja na forma da guerra ou na luta de classes, que se determina o caráter da derrota”.

governança comunitária e das ações de solidariedade.

Com isso, visto que a atual correlação de forças nos impõe um momento de defensiva e recomposição de forças, coloca-se a necessidade de refletir sobre táticas que contribuam para as tarefas específicas do momento. Para isso, será apresentada uma experiência que apresenta inovações no campo tático-estratégico e que pode contribuir para uma reflexão coletiva sobre as saídas populares para essa conjuntura política econômica e social. Como o SAAP contribui na construção de força social?

Assumido tal desafio, é necessário elaborar uma metodologia que contribua na argumentação dessa análise. Para tal, a pesquisa bibliográfica construiu as balizas para a revisão do conceito de força social, sobre tudo a partir das formulações de Harnecker (2003) e (2018). Para complementar as considerações quanto ao estudo de caso foram utilizadas fontes de pesquisa documental e de pesquisa de campo, para além da revisão de teses e monografias a respeito do tema. Por tanto, documentos internos do MPA e entrevista com um dos coordenadores MPA-RJ contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Em suma, este trabalho está organizado em dois momentos. O primeiro capítulo apresenta a reflexão proposta pelo conceito de força social (Harnecker, 2003). O segundo capítulo contextualiza a criação e afirmações políticas-organizativas do MPA, assim como apresenta o Sistema Popular de Abastecimento de Alimentos Saudáveis conectado ao plano estratégico do movimento. Desse modo poderemos analisar as contribuições do SAAP dentro da perspectiva da construção de força social e por fim, em um sentido mais geral, contribuir no conjunto de reflexões que busquem possíveis caminhos para a retomada de uma ofensiva popular.

Por fim, este trabalho pretende integrar algumas formulações da ciência política à análise da experiência do SAAP do MPA-RJ. No campo social este trabalho contribui no registro de uma experiência de construção de poder popular em andamento. No campo científico, estuda a concepção de força social e correlação de forças de maneira aplicada aos desafios da atual conjuntura política. Destarte, esta pesquisa conecta os interesses sociais aos interesses acadêmicos.

2 REVISÃO DO CONCEITO DE FORÇA SOCIAL

Essa seção tem como tarefa apresentar as bases para a posterior reflexão sobre o Sistema Popular de Abastecimento Alimentar. No entanto, porque falar de força social? Que contribuição esse conceito dá à compreensão da realidade?

2.1 O que é força social?

Em primeiro lugar, Marta Harnecker (2003) elucida a diferença entre classe social e força social. Segundo a autora, existe uma diferença substancial entre essas categorias quando são utilizadas para compreender ou planejar intervenções no campo da política. De antemão, a autora resgata que o termo “força social” já vinha sendo utilizada por Lenin “em suas análises de conjuntura desde 1905 para estudar “a combinação objetiva da ação das diferentes forças sociais”.

Nesse sentido, a categoria classe é empregada a fim de identificar quais interesses se enfrentam e engendram a estrutura de poder do regime existente. Ainda em 1905, enquanto analisava a situação russa em plena revolução, Lenin identificou 4 classes que enfrentavam a autocracia czarista. A burguesia industrial, o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia urbana.

Porém, quando passou à análise de conjuntura da situação não bastava identificar apenas as classes sociais. Para uma compreensão concreta da sociedade era fundamental observar como essas classes se agrupavam umas com as outras na defesa de interesses comuns e o nível de consciência, organização e disposição para a luta por seus interesses específicos. A essa relação de influência e atração entre as classes sociais dão nome de “forças sociais”.

Isso ocorre porque, neste nível, o que conta não é o que chamamos de situação de classe, mas a posição de classe e que ambas as classes e grupos sociais se expressam quando eles assumem certas posições de classe. Vamos explicar esta afirmação: Na política, o que se deve considerar não é a existência de certas classes, mas sim a sua disposição para lutar por seus interesses de classe. (Harnecker, 2003, p. 6)

Assim conclui-se que, uma classe, ou uma fração dela, pode assumir posições

de outras classes. Ou seja, na luta, uma classe pode defender interesses contraditórios a si mesma. Com isso, Harnecker sistematiza essa reflexão dizendo que: “o que define as coisas em política não é a superioridade numérica de determinada classe, mas a disposição de lutar por determinados interesses de classe” (2003, p.6).

Desse modo, o que cria uma superioridade de força não é a maioria numérica e sim a maioria ativa, aquela que está disposta à luta e à mobilização. Por tanto, é necessário diagnosticar o grau de coesão e contradição existentes entre os setores sociais que compõem cada força social. Esse ponto da análise é fundamental pois, em determinadas conjunturas, permite planejar táticas que visem mover setores sociais a fim de compor sua força social e assim, aumentar a capacidade de intervenção na política.

2.2 Correlação de força e correlação de forças sociais

Por esse motivo, a autora compreende que o conceito “correlação de forças sociais” detêm maior rigor para explicar o comportamento, agrupamento e enfrentamento entre essas classes. Em sua opinião trata-se de precisar o que Lenin denominava indistintamente de “correlação de classes”, “correlação das forças de classes”, “correlação de forças sociais”, “correlação objetiva das classes e forças sociais”, ou “agrupamento de forças sociais”.

Ademais, Harnecker (2003) aprofunda seu raciocínio diferenciando “correlação de forças” e “correlação de forças sociais”. O primeiro termo está ligado a capacidade de imposição certos interesses de classe em uma determinada conjuntura. Essa imposição de interesses se torna possível (ou não) a partir da balança de pesos entre as forças envolvidas. Se houver uma força em pujante oposição a esse interesse, provavelmente será difícil ou impossível realizar tal imposição.

Já o segundo termo se refere ao processo de agrupamento e conseqüentemente, de modificação que as forças sociais sofrem à medida que os processos políticos avançam. Em outras palavras, esse termo permite o estudo da composição de setores sociais e distribuição das classes em uma determinada

sociedade com um determinado grau de desenvolvimento.

2.3 Tarefas políticas e situação concreta

Em sequência, Harnecker (2003) considera que a análise de conjuntura possibilita uma intervenção adequada à nova situação. Desse modo, uma análise de conjuntura precisa permite orientar a tática correta à cada contexto social e político. Assim, é necessário que essa análise de conjuntura considere a maneira como está se dando o enfrentamento social, identifique a correlação de forças entre as forças sociais, e por fim, caracterize corretamente a nova situação. É a partir deste último ponto que a análise de conjuntura poderá alcançar consequências práticas. Para a autora esse último aspecto tem grande importância, pois determina a ação tática apropriada a organização e a contradição de cada situação.

A resposta política deve ser radicalmente diferente quando se tratar de uma situação de agitação revolucionária ou quando se tratar de uma situação de estagnação, de cesta cam, de recuo das forças revolucionárias. (Lenin, 1906, apud Harnecker, 2003, p. 46)

Aqui, Harnecker (2003) compreende como situação de calma o período no qual as forças democráticas revolucionárias se encontram exaustas, o nível de consciência das massas baixo e o estado de ânimo pouco ou nada efervescente. Deduz-se que são tempos nos quais as forças progressistas têm pouca capacidade de mobilização e intervenção na disputa política. Ainda em seu livro a autora cita Lenin (Maio de 1917) para elucidar essa reflexão.

Quando a maioria do povo não quer tomar o poder em suas mãos porque ainda não compreende isso, a minoria, por mais revolucionária e inteligente que seja, não pode impor seus desejos à maioria do povo. (Lenin, 1917, apud, Harnecker, 2003, p. 58)

Dessa maneira, fica reforçada a ideia de que o estado de ânimo e o nível de consciência das massas são determinantes para o acerto ou não da decisão tática da vanguarda. Caso a vanguarda erre em sua análise e tome decisões equivocadas em relação as reais condições para tal, corre o risco de agir sozinha e ficar deslocada de sua base social. A autora ainda nos lembra que “ são as massas e não a vanguarda delas isolada, que fazem a história” (Harnecker, 2003, p. 57).

No entanto, a mesma também faz um adendo em relação a maneira de interpretar o estado de ânimo das massas. Para ela, esse aspecto deve ser levado em consideração na hora de determinar o 'momento' da ação. Mas ele não deve ser utilizado como desculpa ou motivo para o rebaixamento do horizonte revolucionário.

Uma vez visto que, dentre outros elementos, a vanguarda precisa fixar sua tática levando em consideração a atuação do inimigo; o estado de ânimo das massas; a correlação de forças resultante da nova situação; e a capacidade da vanguarda de realizar determinadas tarefas, a autora se debruça em apontar as principais tarefas do período de calma.

Em primeiro lugar, ela aponta que em períodos não revolucionários, ou seja, quando se identifica a correlação de forças desfavorável é preciso saber organizar a retirada ordenada. Ela também nomeia esse período como período de acumulação de forças ou período pacífico.

Em segundo lugar, com a baixa capacidade de vitória das forças populares nos períodos de retrocessos, Harnecker (2003) entende que as tarefas centrais nesse período são organização, agitação e propaganda para as massas. Em suma, em períodos nos quais as forças populares se veem com pouca capacidade de manobra e as massas sem um alto grau de consciência e ânimo para mobilizações, a tarefa de primeira ordem dos instrumentos políticos de organização de classe é construir experiências que contribuam no acúmulo de forças.

Em virtude de que em períodos não revolucionários não cabe a proposição de táticas radicais, exatamente por não haver acúmulo de força suficiente para impor uma derrota ao inimigo, há que se preocupar em como aproveitar esse momento para elevar o nível de consciência e ânimo das massas.

Assim, os esforços da vanguarda devem estar voltados para proporcionar um período de aprendizagem pacífica para as massas. Os setores sociais que compõem essa força devem passar por um processo de amadurecimento político, no qual possam aprender por suas próprias experiências que um novo projeto de sociedade

não só é necessário como é possível. O processo de tomada de consciência a partir da identificação de contradições concretas do seu cotidiano e a busca pela superação das mesmas pode levar esses setores a concluírem a necessidade da tomada de poder.

É necessário que nesse período esses setores sejam desafiados a saírem da cortina de fumaça difundida pela ideologia da sociedade de classes ²e aprendam na prática a importância do desenvolvimento da consciência revolucionária, da organização política e da construção de um projeto nacional.

Por tanto, resumindo os elementos que devem definir a ação tática desse período histórico Harnecker (2003) pontua: identificar as formas de organização que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar; levantar as formas e métodos de luta a serem empregados; considerar a forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado de forças inimigas; definir as formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas. O conteúdo das palavras de ordem políticas tem aqui papel fundamental.

Por fim, a autora encerra sua reflexão mostrando que é fundamental que a vanguarda consiga identificar de maneira lúcida o elemento central de sua tática. Ou seja, definir dentro da sua ação tática qual elemento deverá ser “o centro da gravidade do trabalho da vanguarda” (Harnecker, 2003, p. 62). É nesse elemento que se concentrará a maior parte dos esforços. Esse elemento central é chamado de elo decisivo ou elo principal.

Para elucidar melhor a ideia que se quer passar, a autora faz analogia à uma corrente. O elo decisivo é o elo que se for corrompido acaba por romper com toda a corrente, levando ao fracasso a ação tática. Nesse sentido, o elo decisivo também

2 Para Iasi (2011, p. 81), “Ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideais. Ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação; Ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais”.

poderia ser visto como a “pedra fundamental” ou a “tarefa principal” de cada situação política concreta. Ele deve ser agarrado pela vanguarda, de maneira que, a partir desse elemento a vanguarda se apodere dos demais elos, construindo desse jeito uma corrente forte e segura, a materialização da sua força.

No mesmo sentido, Harnecker (2018) acrescenta que para romper um cerco de hegemonia, é preciso que as forças populares estejam preparadas para atuar a tempo e com força suficiente para materializar um projeto político alternativo. É necessário um instrumento que tenha capacidade política e organizativa de aproveitar os momentos de crise para fincar a bandeira popular. Para isso, o instrumento político deve representar uma força capaz de alterar a situação coletiva dos sujeitos marginalizados.

A autora (*ibidem*) também pontua que, não há maneira de obrigar o povo a lutar contra as classes que defendem interesses antagônicos aos seus próprios interesses. É preciso convencê-lo a se somar na construção de uma outra sociedade. Porém, novas relações sociais não surgem espontaneamente na sociedade capitalista. É necessário que o instrumento político tenha a capacidade de ser e construir experiências que prefigurem a nova sociedade e a nova forma de viver. É a práxis que transforma consciências, que ensina a participação, que engendra os novos quadros, os novos valores, as novas relações (Iasi, 2011).

A construção do socialismo implica, então, o desenvolvimento de novas relações de produção, a realização de uma verdadeira revolução cultural que nos permita superar a cultura herdada, a construção do sujeito revolucionário que sustentará todo o processo, e a aprendizagem do povo em formas de autogoverno. (Harnecker, 2018, p. 113).

3 ESTUDO DE CASO

Esta seção propõe a análise do Sistema Popular de Abastecimento Alimentar (SAAP). Para tal, primeiro será apresentado o contexto social e político que fomentou a criação do Movimento dos Pequenos Agricultores. A partir de então será exposto o processo de nacionalização do movimento, assim como as principais concepções de luta e organização do movimento. Após isso, poderemos compreender o que é o SAAP e o que significa para a estratégia de luta do MPA.

3.1 O contexto de criação do Movimento dos Pequenos Agricultores

A partir da década de 1960, o campo passou a receber investimentos do capital financeiro internacional e créditos estatais para a consolidação do agronegócio como projeto de desenvolvimento agrário. De acordo com Santos (2016), o agronegócio materializa a absorção do trabalho camponês pelo sistema capitalista, ou seja, esse modelo de desenvolvimento agrário está em contraposição direta ao modo de vida e valores camponeses.

Para realizá-lo, promovem a concentração de terra, por meio de latifúndios, e a mecanização do campo, gerando conseqüentemente, uma massa de camponeses sem-terra e sem trabalho. Essa operação neoliberalizante³ vai em benefício das multinacionais que se tornam donas das terras brasileiras. Nessa linha de raciocínio, Ricardo Menezes Santos (2016) escreve:

A materialização do agronegócio na estrutura econômica sob o domínio do capital financeiro ratifica a expansão da monopolização e da territorialização do capital no campo. Nesse contexto, a invasão das multinacionais com o consentimento do Estado permitiu o controle da produção agrícola e a sujeição da terra às intempéries do sistema de mercadorias. (Santos, 2016, p. 4)

Por tanto, não se trata “apenas” da monopolização da terra e dos recursos, como sementes e defensivos. Também figura como um disciplinamento da produção

3 Na visão de Theodoro et. al. (2012), o termo “neoliberalizante” se difere ao termo “neoliberalismo” por dizer a respeito de uma tendência de reestruturação regulatória orientada a liberalização do mercado ou disciplinado por ele e não uma teoria econômica. Essa tendência promoveria uma variação capitalista marcadamente regionalizada (Theodoro et. Al, 2007).

agrícola ao modelo de exportações de *commodities*. Nesse sentido, ao passo que inviabiliza a vida no campo, marginalizando uma massa de trabalhadores, também reforça o caráter exportador e dependente de demanda externa na economia nacional.

Ao assumir este modelo, o Estado brasileiro, no cenário internacional, firmou o seu papel enquanto fornecedor de bens primários, para satisfazer os interesses internacionais e a “sede” de acumulação da classe dirigente da economia nacional. (Santos, 2016, p. 4)

Ademais, soma-se a esse contexto a negligência intencional dos governos em relação às necessidades da população e da produção camponesa. A falta de equipamentos públicos como postos de saúde e escolas contribui para que seja impraticável a permanência do camponês no campo. A falta de subsídios e créditos que estimulem e protejam a produção do pequeno agricultor torna inviável o cultivo da terra e suas variantes.

Desse modo, até as intemperes da natureza agravam a situação econômica dos pequenos produtores. Foi o que aconteceu em 1995 na região sul do país. Os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sofreram com uma forte estiagem que inviabilizou a produção agrícola. De acordo com Niemeyer (2014), as safras de feijão e milho foram arrasadas e outras culturas prejudicadas.

3.2 O processo de nacionalização do movimento

Para responder à crise econômica neoliberal, agravada pela seca da região Sul, foi arquitetada a “Mobilização do Acampamento da Seca”. Essa ação foi deflagrada em 15 de janeiro de 1996, em Palmeiras das Missões (RS), e em 21 de janeiro no restante do estado. Como veremos, a realização dessa mobilização deu luz a certas contradições do movimento camponês.

No mesmo período da seca veio à tona a crise no sindicalismo rural. De um lado estavam a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Do outro lado, os novos sindicatos rurais organizados na Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e outras experiências organizativas de luta e produção coletiva.

As forças mais ligadas à Contag e à FETAG, tentaram a princípio desmobilizar e adiar o acampamento, fortalecendo assim o burocratismo dos sindicatos mais afastados das demandas populares. As demais organizações faziam pressão para que a Mobilização fosse um processo de luta organizado pela base. De acordo com Niemeyer (2014), esse período encadeou uma nova síntese entre as forças comprometidas com a luta dos camponeses.

Para o grupo de sindicalistas combativos, tornou-se clara a necessidade de criação de um instrumento político alternativo ao modelo sindicalista, e o processo de lutas concretas iniciado com a mobilização da seca contribuiu para construção de uma aliança entre diferentes movimentos populares do campo. (Niemeyer, 2014, p. 136)

Assim surgiu a origem do MPA. Para Niemeyer, a Mobilização da Seca foi uma pedra fundamental de criação do movimento. A carência organizativa junto à resposta bem-sucedida da Mobilização favoreceu a consolidação do movimento em nível nacional. Em consonância com o pensamento de Niemeyer, Santos (2016) escreve:

O momento do acampamento no Rio Grande do Sul em 1996 se caracterizou como fundamental, porque deu diretrizes concretas para o entendimento de como deveriam seguir os pequenos agricultores. Desse modo, pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões, encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornaram-se muito expressivos na concretização do momento posterior do Movimento. (Niemeyer, 2014, p. 23)

Por tanto, é verdade que a Mobilização da Seca experimentou formas organizativas e de luta que deram base à construção do movimento. No entanto, o MPA não se resume às heranças dessa ação. A seca da região Sul foi a ponta do *iceberg*, mas o principal motor de adesão do movimento foi a crise do modelo sindical vivida pelos pequenos agricultores de todo o Brasil na década de 90. Alguns fatores marcaram o que viria a ser o movimento.

O primeiro é que a crise de representatividade atingia os pequenos agricultores de todos os estados. Além disso, o dissenso da CUT na construção do Departamento Rural para disputar a CONTAG deixou diversos agricultores “órfãos”, como retrata Niemeyer (2014). Antes, o Departamento vinha servindo como espaço de articulação

nacional e de oposição ao sindicalismo “pelego”.

Logo, havia uma demanda nacional por uma ferramenta organizativa que continuasse o processo de enfrentamento combativo às consequências da globalização neoliberalizante (Theodoro et.al, 2007, 2012) e aos sindicatos descomprometidos. Esse elemento contribuiu para que o MPA surgisse organizado simultaneamente em três regiões diferentes do país. Os primeiros estados foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rondônia.

Ademais, a Igreja progressista organizada por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e o sucesso da estratégia do MST, de organização pela base e pressão aos governos, influenciaram o movimento em gestação. Não à toa o MPA se construiu como movimento social e não como sindicato. Niemeyer (2014) adiciona que:

Outro elemento a ser considerado é o MPA ter surgido como a opção de representação para os setores mais empobrecidos da pequena agricultura, sem vez e nem voz na estrutura sindical (ROSSETO apud PICOLOTTO, 2011, p. 203). Pois, à mesma época é criada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF): uma organização de viés sindicalista formada, também, por egressos da CONTAG insatisfeitos com os rumos do sindicalismo rural (PICOLOTTO, 2011). No entanto, faz-se mister salientar que, embora os relatos sobre a gênese do MPA sugiram que o movimento surgiu de um rompimento com os sindicatos rurais, a minha pesquisa revelou que, passados quase vinte anos desde a sua criação, o MPA mantém uma relação próxima, de colaboração e, em alguns casos, orgânica, com diferentes sindicatos rurais pelo Brasil. ” (Niemeyer, 2014, p.140)

Em síntese, no ano da Mobilização da seca foram realizados alguns seminários para a reflexão sobre as ferramentas organizativas e as estratégias de lutas dos camponeses. No entanto, há algumas indefinições sobre a data de oficialização do movimento.

De acordo com Niemeyer (2014), no final de 1997 foi organizado o primeiro encontro de lideranças dispostas a construir um movimento nacional. Assim, a oficialização da criação do movimento viria em janeiro de 1998, no Espírito Santo. Em julho do mesmo ano, foi realizado um segundo encontro para a definição de algumas características da organização. Para ela, é nesse encontro que o MPA se identifica como movimento de massas, de luta permanente e define suas primeiras bandeiras

de luta.

Por outro lado, Santos (2016) baseia-se em Görger (1998) para apontar a oficialização do MPA nos dias 12 e 13 de dezembro de 1997 no Rio Grande do Sul. Também, o site oficial do movimento data a realização desse segundo encontro em dezembro.

3.3 A organização do movimento

Como vimos, o processo de criação do MPA é resultado de experiências organizativas e de lutas que começam em 1996 e se concretizam até meados de 1998. É nesse último ano que o MPA se define como um movimento de caráter nacional, popular e de massas. Além disso, propõe-se a atuar politicamente com autonomia e a partir da concepção de luta permanente (Palmeira et al, 2019). Porém, apesar dessas afirmações, o processo de construção da identidade do movimento foi resultado de um longo período de práxis.

Por isso, apesar do nome “pequenos agricultores”, o MPA se reconhece como um movimento camponês. E, ainda que possa parecer, esse fato não é mero combinação de palavras. Na verdade, é consequência do amadurecimento político em relação a sua estratégia de luta e de alianças políticas.

Niemeyer (2014) conta que, na década do surgimento do MPA, o termo camponês estava em declínio. Cada vez mais dava-se ao termo uma conotação negativa, remetendo-o a ignorância e ao atraso. Em contraposição, ganhavam força os termos “agricultura familiar” e “pequeno produtor”. Esses últimos carregavam um aspecto identitário, trazendo a luz elementos sociais e culturais que não eram abarcados na categoria “campeño”. Originalmente esse termo privilegiava o caráter econômico da relação de produção, no qual se encontravam os camponeses na sociedade capitalista.

Assim, os termos em ascensão contribuíram para vitórias em lutas por políticas públicas e outros interesses específicos dessa parcela da sociedade na década de 90. No entanto, os dois termos foram prontamente cooptados pelas forças da indústria

agricultora. A “pequena produção” ganhou um viés mais técnico que político. A “agricultura familiar” foi integrada à lógica de produção voltada aos complexos industriais, ainda que realizada em unidades de produção menores.

Para reverter esse desvio ideológico e integrar uma concepção que abarcasse a realidade do sul e norte global, a Via Campesina impulsiona um processo de ressignificação da categoria “campesinato”. Desse modo, o referencial marxista é resgatado, recolocando o campesinato como classe social específica por sua forma peculiar nas relações de produção. De acordo com Santos (2016):

Na ótica da Via Campesina, a agricultura familiar objetiva a sua integração ao mercado, transformando os agricultores em pequenos capitalistas, enquanto em sua concepção se faz necessária a construção de um sujeito social, o camponês, que busca resistir ao sistema dominante, e, por isso, enfrenta as grandes empresas e as políticas de Estado que beneficiam a agricultura do capital. (Santos, 2016, p. 16)

E acrescenta:

O camponês, no entendimento do MPA, é o sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando às simples definições, pois, apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir de suas relações, formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características que lhe são próprias. [...]. Desse modo, coaduna-se com o MPA que ressalta que a palavra camponês é fundamental para a identificação da luta de classes, confirmando-lhe a posição enquanto sujeito social, político e como classe social. (Santos, 2016, p. 17)

Em seguida, segundo Niemeyer (2014), foram internalizadas também a leitura chayanoviana que compreendia a família camponesa com unidade e modo de produção da classe campesina. Logo, a formulação do Plano de construção nacional (2002) do MPA baseou-se nesses e outros intelectuais para adotarem a defesa do modo de vida, de produção e cultura camponesa. Dito de outro modo, o fortalecimento da família camponesa, no processo de tomada de consciência de classe em si e para si, reafirma a existência de uma via alternativa ao capitalismo.

Destaca-se esse debate pois ele deixa marcas não só nas formulações políticas, mas também na construção prática do movimento. Na década de 2000, alguns movimentos preferiram trocar seus nomes para reafirmar sua concepção classista. A saber, foi nesse período que o Movimento de Mulheres Agricultoras se tornou Movimento de Mulheres Camponesas.

Porém, o MPA decidiu pela manutenção do nome, visto que a essa altura já tinha adquirido significativo reconhecimento nacional e a troca do nome poderia resultar em desvantagens ao movimento. Contudo, essa decisão se tornou um conflito interno e gerou um racha, originando em 2008 o Movimento Camponês Popular. Ainda assim, não resta dúvidas de que o MPA, apesar do nome, atua na linha de frente no fortalecimento do campesinato como classe para si. Resgatar a autoestima e preservar o modo de vida camponês é uma bandeira de luta central para o movimento (Palmeira et al, 2019).

Uma expressão disso é a vinculação do termo agroecologia aos sujeitos tradicionalmente envolvidos com a agricultura de base ecológica, como os camponeses e povos originários. De acordo com o Plano Camponês (Palmeira et al, 2019), a Agroecologia Camponesa se diferencia da agricultura empresarial orgânica ou da agricultura de larga escala. Ao contrário, se vincula aos sistemas camponeses de produção, à cultura das sementes, aos bioinsumos, às distintas estratégias de comercialização, aos cuidados da saúde popular, aos centros territoriais de cooperação, entre outros elementos.

Retomando, uma vez visto que as famílias camponesas são unidades centrais na luta política do MPA, podemos deduzir que, de igual modo, também são centrais na organização do movimento. Assim, essas famílias militantes se organizam em grupos de base, instância que dá vida às orientações e definições legitimada por todo o corpo do movimento.

De acordo com Niemeyer (2014), o organograma do movimento foi inspirado no conceito do Partido leninista. Portanto, baseia-se no “centralismo democrático” e prevê um fluxo de baixo para cima e de cima para baixo. Desse modo pretende-se garantir a liberdade de discussão, antepondo a unidade de ação. Ademais, também foi fortemente influenciado pela organicidade experimentada pelo MST e pelos sindicatos rurais da CUT.

A pesquisadora sistematiza a estrutura organizativa do movimento em duas vertentes. A primeira é a estrutura legítima, que corresponde às instâncias do

movimento político. São elas: grupo de base; coordenação (municipal, regional, estadual, nacional); direção; coletivo (produção e autossustentação, educação e formação, comunicação, gênero e juventude); encontros; secretaria (política e operativa).

A segunda é a estrutura legal, que diz respeito aos instrumentos políticos como, cooperativas e associações. Por terem status jurídico podem participar de editais, buscar financiamentos e firmar acordos com o Estado, instituições e outros atores sociais. Dessa forma, atuam sobre orientação do movimento e o apoiam.

Vale ressaltar que o organograma do MPA é uma idealização. Logo, sua materialização depende da capacidade de cada região e pode ser alterado a partir da necessidade do movimento. Aliás, Niemeyer (2014) apresenta dois desafios práticos na construção do movimento. Um é expressar quantitativamente e qualitativamente a importância da atuação feminina para o movimento dentro dos espaços de poder. O outro é possibilitar condições atraentes para a permanência do jovem no campo, que comumente é seduzido pelas facilidades da vida na cidade.

Por fim, outro ponto fundamental da concepção política-organizativa do movimento é a construção de alianças estratégicas e táticas. Para o movimento a unidade é um esforço fundamental para a disputa da sociedade. Por isso, a história de luta do MPA esbarra sempre com a história de luta de outros movimentos, sindicatos e partidos articulados em campos, frentes ou plataformas políticas. O movimento também conta com o apoio de pesquisadores e acadêmicos que dão suporte teórico e técnico à organização.

3.4 A luta

Essa experiência organizativa, baseada em trabalho pedagógico e em luta desenvolveu o Plano Camponês. O site oficial do movimento apresenta o Plano como um documento em permanente elaboração, que visa apontar os principais eixos programáticos do movimento. De acordo com o site, o Plano está dividido em: campesinato e história; soberania; terra e território; nova base produtiva; nova geração camponesa e feminismo camponês e popular.

Niemeyer (2014) também defende que o Plano expressa o amadurecimento político do movimento. E ainda acrescenta que, o movimento atua simultaneamente com bandeiras imediatas, como a luta por créditos e subsídios, e bandeiras gerais, como a agricultura familiar como base para a produção interna e reforma agrária.

Para a autora, o Plano Camponês é a reafirmação de um projeto alternativo ao desenvolvimento camponês e à compreensão de que a construção do “poder popular” se dá em âmbito econômico, político e ideológico. Por isso, o movimento busca construir concomitantemente sua capacidade de ação, reflexão e práxis.

A capacidade de ação é a mobilização dos sujeitos a quem representa, por meio do fortalecimento de sua identidade e da promoção da sua ideologia. A capacidade de reflexão é entendida como capacidade de análise conjuntural e como estudo e valorização do seu conhecimento e cultura. Finalmente, a práxis é entendida como o desenvolvimento de formas de ação transformadoras da vida concreta, a partir da ação e da reflexão. (Niemeyer, 2014, pag 157).

Ademais, Niemeyer (2014) e Silva (2019) concordam quando identificam que o movimento utiliza como estratégia a aproximação do produtor ao consumidor por meio de vendas diretas, feiras orgânicas, grupos de consumo consciente e outras ações. Para Silva (2019, p. 51) a intenção é “encurtar as distâncias que o alimento percorre, não só fisicamente, como socialmente, economicamente e culturalmente”.

Silva (2019) também correlaciona a estratégia de luta do movimento com a concepção das formas de resistência encontradas por Ploeg (2008). Esse autor indica a existência de pelo menos três formas: luta velada/sabotagem; luta aberta; intervenções na organização do trabalho e da produção (introdução de alterações).

Formas inter-relacionadas de resistência



Fonte: Ploeg, 2008, p. 26 *apud* Silva, 2019, p. 47

Em sua argumentação, Silva (2019) propõe que essas intervenções na produção e distribuição de produtos, ao passo que possibilita o reposicionamento e a existência da racionalidade camponesa, também experimenta o desenvolvimento de outra lógica para a comercialização da produção.

É certo que essas novas possibilidades de comercialização não estão imunes as contradições e tensões do modo de produção capitalista, sob o ideário neoliberal. Alguns autores localizam que essas experiências não estão isentas do aperto de preços e das dificuldades que se colocam no mercado convencional, assim como podem ser apropriadas e tornarem-se esses nichos restritos conforme desenvolve Goodman (2017). Contudo, é incontestável a incapacidade dos grandes mercados em ser uma opção viável aos camponeses e camponesas. Na lógica desses mercados as famílias camponesas apenas aprofundam a extrema vulnerabilidade econômica e social que estão imersos. [...] Contudo, defende-se que a construção dessas formas de comercialização e relações mais próximas potencializam o desenvolvimento de novas sociabilidades, que permitem o resgate de valores e princípios centrados na confiança e na solidariedade. (Silva, 2019, p. 74)

Assim, Silva (2019) não se esquivava dos desafios enfrentados pela agricultura familiar. De acordo com ela, Schermer et al., (2011) e Anderson et al., (2014) apontam que as redes alimentares alternativas (RAA) e as cadeias curtas de abastecimento alimentar (CCAA) ⁴, em contexto europeu, não foram capazes de contrapor a lógica

⁴ De acordo com Silva (2019), as CCAA são um contraponto as cadeias longas praticadas no sistema

individualista do consumismo neoliberal. Acrescenta também que, para Ploeg (2016), essas iniciativas de construção de mercados alternativos estão ligadas a iniciativas locais e critérios de sustentabilidade e que, portanto, portam limites quantitativos, e não podem substituir o mercado geral.

No entanto, Ploeg (2016 apud Silva, 2019, p. 72) responde a si mesmo dizendo que “a justaposição e conexão de muitos desses mercados, que estão aninhados no – e, portanto, confinados ao – local, podem prover uma real alternativa ao mercado geral como este se constitui atualmente. ”. Schneider também retoma o pensamento de Ploeg.

Ploeg (2008) afirma que o sucesso ou o fracasso, entendido como a capacidade de se manter economicamente viável e se reproduzir como uma unidade social familiar, vai depender do modo como os camponeses operacionalizam as decisões e estratégias para organizar seu processo produtivo e a sua forma de inserção nos mercados. [...]. Neste sentido, a mercantilização é entendida como um processo social que pode inclusive fortalecer as bases de recursos das unidades produtivas e reforçar as suas estratégias de reprodução. (SCHNEIDER, 2016, p. 108)

Em adição, Silva (2019) nos lembra que para o MPA a construção de experiências alternativas de produção e de distribuição está vinculada a uma perspectiva de superação da ordem societária. Este elemento não é considerado, necessariamente, como uma característica dos CCAA, RAA ou mercados aninhados⁵.

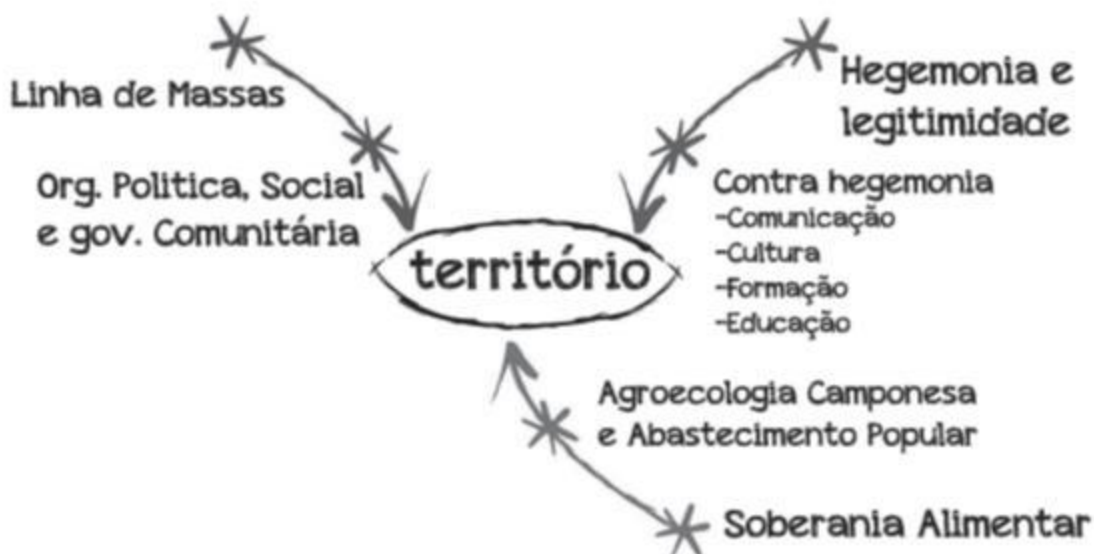
agroalimentar. Assim, as Cadeias Curtas manifestam “distintas formas de interação entre a produção e o consumo, resgatando a procedência e a identidade dos produtos, posta não apenas em critérios de preços, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. (Silva, 2019, p. 64). Em adição, SCHNEIDER (Et. Al, 2017 apud Silva, 2019, p. 65) considera que a principal diferença entre as CCAA e as RAA “está relacionadaderrota à perspectiva de interpretação e análise teórica desses processos sociais, uma vez que enquanto um grupo de autores prefere mobilizar o referencial da abordagem das cadeias de valor, outros optaram pela análise de redes sociais. Enquanto a análise das cadeias curtas de valor focaliza o processo de interação dos produtores com os consumidores, explorando as novas formas de gestão e a inovação dos produtos, o enfoque nas redes alimentares alternativas discute aspectos relacionados ao consumo como um ato político, explorando o potencial alternativo destas experiências, em face do modelo agroalimentar dominante.”

⁵ “Os mercados aninhados então são conceituados como aqueles mercados que estão aninhados no interior de mercados mais amplos. ‘Formam parte de grandes mercados, mas diferem desses no que concerne às suas dinâmicas, suas inter-relações, formas de governança, diferenciais de preços, mecanismos de distribuição e impacto geral. ” (PLOEG, 2016 apud Silva, 2019, p. 71)

Além disso, o movimento também enxerga a Governança Comunitária dentro de sua estratégia de luta. Segundo o Plano Camponês (Palmeira et al, 2019), esse elemento é fundamental para o amadurecimento do trabalho territorial e o desenvolvimento da cultura de participação popular nos processos decisórios. Assim sendo, a Governança Comunitária é construída a partir da identificação das classes sociais realmente existentes em cada território⁶ e um plano de luta que integre as demandas de classe e setores específicos em uma força social ativa também nas lutas mais gerais.

O objetivo é ampliar as formas organizativas para que as classes e setores sociais tenham onde se organizar. Organizações próprias e por influência, que unam numa mesma base organizativa a classe – camponeses, trabalhadores assalariados, populares – e as identidades – juventude, mulheres, religião, étnico-racial, LGBT+. (Palmeira et al, p. 95, 2019).

O amadurecimento do trabalho territorial do MPA



Fonte: Palmeira et al, p. 97, 2019

3.5 O Sistema Popular de Abastecimento Alimentar do MPA-RJ

De acordo com Niemeyer (2014), o MPA considera a produção camponesa

⁶ “Temos que buscar as classes realmente existentes em nossos territórios, pois sabemos que em países de economia dependente e subdesenvolvida, as classes não se apresentam limitadas dentro dos marcos da polarização entre proletariado (operariado industrial) versus burguesia.” (Palmeira et al, p. 93, 2019).

como o elemento de unidade a toda a organização. Apesar das diferenças regionais, essa é uma questão central para a reprodução da família camponesa. Ainda assim, a produção camponesa agroecológica sozinha não é suficiente para estabelecer a soberania alimentar. Existe outro elemento operacional fundamental para o desenvolvimento dos elos que constroem a soberania alimentar. Esse seria o abastecimento popular, um sistema de distribuição e comercialização que contribua para o vínculo político, econômico e social entre os trabalhadores do campo e da cidade.

A agroecologia camponesa não se completa, não se efetiva, se desligada de sistemas de abastecimentos que vinculem campo e cidade, sejam os vínculos criados e mediados pelo e através do Estado e suas políticas de abastecimento (que podem ser em cooperação, em conflito ou híbridas) ou edificados pelo poder popular. (Palmeira et al, p. 70, 2019)

De acordo com Palmeira e Teixeira (2020), em novembro de 2013 surgiu na cidade do Rio de Janeiro um embrião de uma nova metodologia para o abastecimento de alimentos. A partir dessa data, produtos oriundos de Teresópolis (RJ) e do Mercado Popular de Alimentos do Movimento dos Pequenos Agricultores (ES) começaram a ser comercializados na Barraca Camponesa no campus da Praia Vermelha da UFRJ. Para os autores, a centralidade da proposta estava em construir uma metodologia que, com autonomia e independência em relação às políticas do Estado, conseguisse abastecer os trabalhadores urbanos com a produção camponesa.

A força da proposta está na busca de consolidar uma metodologia de abastecimento popular que seja capaz de não depender do Estado para fazer com que o alimento produzido pelos camponeses de forma agroecológica chegue às famílias de trabalhadores organizados na cidade. Ao ter destino certo para esses alimentos pagos com preços capazes de garantir a permanência dos camponeses no campo a produção de alimentos no Brasil aos poucos vai sendo garantida. (Palmeira e Teixeira, p.5, 2020)

Desse modo, o Sistema Popular de Abastecimento Alimentar (SAAP) é uma iniciativa voltada a criar mecanismos alternativos e populares que abasteçam as cidades com a produção camponesa de alimentos saudáveis. De início sua realização correspondia a organização da feira universitária pelos estudantes do PRONERA⁷

⁷ PRONERA é a sigla do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. De acordo com Palmeira e Teixeira (2020) a feira universitária era fruto do estágio curricular obrigatório da turma especial de Serviço Social – UFRJ para beneficiários da reforma agrária.

UFRJ. Em setembro 2015, o SAAP incorpora outra iniciativa, a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis. Para Palmeira e Teixeira (2020), esse novo instrumento de comercialização significava “um salto na organização do Sistema de Distribuição”.

Segundo Silva (2019), a Cesta Camponesa surge com o propósito de materializar a aliança camponesa e operária, por meio da aproximação do produtor com o consumidor. De acordo com ela, essa iniciativa foi construída como projeto piloto e contou com a parceria do laboratório de ensino, pesquisa e extensão “Questão Agrária em Debate” (QADE) da ESS da UFRJ. Silva ainda acrescenta:

A cesta tem como prerrogativa ser uma estratégia político econômica de fortalecimento da relação campo cidade, na consolidação da Soberania Alimentar e busca: 1) aprofundar o conhecimento sobre a forma camponesa de produção, fortalecendo a produção agroecológica; 2) construir vínculos diretos entre os camponeses e os trabalhadores urbanos de forma que se retire o “intermediário”, o comerciante, do processo de circulação dos alimentos; 3) debater com trabalhadores urbanos e camponeses a lógica de produção capitalista; e 4) fortalecer a organização camponesa na perspectiva da construção de um sistema associativo de produtores livres. (Silva, 2019, p. 79)

Para Palmeira e Teixeira (2020), a Cesta Camponesa é uma resposta aos desafios estratégicos do Plano Camponês. Além de conectar o produtor e o consumidor, sem a presença de intermediários, também projeta mecanismos inovadores para a organização da produção e da distribuição de alimentos saudáveis, dentro da perspectiva de amadurecimento do SAAP. Logo, a Cesta e o SAAP são experiências que permitem uma ampliação da retribuição financeira do trabalho camponês, contribuindo para sua permanência no campo e sua organização e conscientização política.

Dentro da perspectiva da produção o movimento cumpre a função de acompanhar e dar ferramentas técnico-políticas às famílias camponesas. De acordo com Ali Alvarez (2021), o MPA articula as unidades produtivas em Centros Territoriais de Cooperação. Esses Centros são instrumentos de articulação entre as famílias produtoras e a assessoria técnica, econômica e jurídica. É desse modo que o movimento organiza as assessorias, contribui na transição agroecológica e orgânica, distribui sementes, oferece formação técnico-política. Nas palavras do militante, o Centro Territorial de Cooperação “abraça a um elemento fundamental chamado

‘organização comunitária’ que não é mais do que os passos rumo à construção do poder popular”.

No entanto, dentro da dialética entre produção e consumo, o MPA também tem a inevitável preocupação com a circulação dos alimentos. Por tanto, além do zelo com a produção agroecológica, o movimento também se responsabilizava por organizar a busca dos produtos diretamente com os camponeses e a distribuir nos pontos de entrega (UFRJ e UNIRIO, 2020). Desse modo, os agricultores produzem e informam os produtos disponíveis para a compra, o movimento recebe a demanda de pedidos e a partir disso organiza a logística de distribuição para o consumo.

A partir de 2016, a Cesta passou a ser entregue em Núcleos de Consumo Organizado. Cada núcleo corresponde a um território/bairro, e por ele são feitos os pedidos e definidos as datas e locais de entrega, prioritariamente em espaços públicos. Ademais de organizar as entregas, os núcleos também funcionam como um mecanismo de divulgação da Cesta e construção de vínculo entre os vizinhos de cada bairro e o MPA (Palmeira e Teixeira, 2020).

No primeiro ano da iniciativa, 25 famílias camponesas participaram da produção de produtos ofertados nas 176 cestas entregues aos 99 consumidores interessados. Em 2016, o movimento contava com quatro Núcleos de Consumo Organizado. Em 2017, constituíram-se cinco novos Núcleos. Em 2019, totalizavam-se 12 Núcleos e sete feiras. Com a pandemia, as feiras e as entregas em espaços públicos tiveram que ser suspensas. No entanto, o volume de pedidos cresceu expressivamente neste período. Desse modo, foi possível incorporar mais 13 famílias camponesas na produção de alimentos e as entregas passaram a atender diferentes zonas da cidade do Rio de Janeiro, Niterói, Ilha de Paquetá, Petrópolis, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Mangaratiba e Maricá. “O que nos permite vislumbrar para os próximos anos a integração do Sistema em todo o Estado do Rio de Janeiro” (Palmeira e Teixeira, 2020).

O desenvolvimento desse projeto fez com que o MPA abrisse em maio de 2017 o espaço de comercialização Raízes do Brasil. Além de ser um ponto físico para a comercialização dos produtos camponeses, o espaço funciona como pensão,

restaurante e promove atividades culturais. De acordo com Palmeira e Teixeira (2020), o Raízes do Brasil se constitui como uma nova tática do movimento na construção da aliança campo-cidade. Nesse espaço, o diálogo sobre soberania alimentar e agroecologia se dá por meio da cultura, dos serviços e da comercialização dos produtos camponês. Assim, o Raízes leva o modo de vida camponês ao trabalhador urbano.

Em entrevista, o militante do movimento Ali José Alvarez (2021) compreende o Raízes do Brasil do Rio de Janeiro como um instrumento pedagógico. Segundo sua descrição, em primeiro lugar, o espaço promove uma projeção política e cultural para a luta por soberania alimentar e influencia nacionalmente outras experiências camponesas. Em segundo lugar, constitui-se como um espaço que constrói, permanentemente, agendas de trabalho e debates militantes em torno da temática da luta por soberania alimentar. Em terceiro lugar, tornou-se um ponto de encontro das famílias urbanas que vão disfrutar dos serviços e produtos camponeses. Em quarto lugar, também é um ponto de encontro de artistas populares que constroem no espaço um plano de atividades socioculturais. Em quinto, impacta a vizinhança, tornando-se um ponto de referência de produção e comercialização de alimentos saudáveis e outros produtos da produção camponesa no bairro.

Palmeira e Teixeira (2020) também apontam que o Raízes funciona como um QG para o SAAP. Além das atividades orientadas para o público externo, o espaço acolhe militantes responsáveis pelo trabalho interno e pela logística do Sistema. Para Silva (2019), a construção desse espaço físico e a chegada de militantes de outras regiões do país deu suporte para uma realização mais estável da entrega das cestas e incrementou a comercialização em um espaço físico próprio.

Segundo o relato de Ali Alvarez (2021), atualmente o trabalho do Raízes se organiza em duas brigadas. A brigada externa é responsável pela comunicação, gestão, controle de pagamento e sistematização. A brigada interna é responsável por coordenar, articular e acompanhar os processos mais gerais. Assim, a brigada interna se divide em três frentes: a frente SAAP, que cuida das tarefas referentes à produção e distribuição; a frente dos cuidados da casa, que organiza as tarefas de manutenção do espaço, da infraestrutura para a equipe e dos serviços oferecidos pelo Raízes; a

frente político-ideológico, que orienta os processos de estudo e recreio da própria brigada.

Além disso, o MPA se demonstra preocupado em alcançar os setores sociais que não podem pagar pelos alimentos. A fome volta a ser uma ameaça em meio à crise econômica, política, ambiental e sanitária que enfrentamos e o Movimento se coloca na frente de combate à fome. Por certo, desde 2017 o SAAP oferece marmitas para a população em situação de rua. Para tal, criou os Comitês Populares do Alimento (CPA), com o intuito de estruturar permanentemente as entregas de alimentos às frações mais vulneráveis da classe trabalhadora. De acordo com Palmeira e Teixeira (2020), até o início da pandemia eram distribuídas 250 marmitas a cada 15 dias e 38 voluntários se revezavam na tarefa.

Assim, um ponto central do trabalho realizado pelo movimento é a articulação e relação com diferentes setores sociais. Para Palmeira e Teixeira (2020), o SAAP promoveu o vínculo entre pequenos agricultores, desempregados, pessoas em situação de rua, universitários e acadêmicos, militantes de outras organizações, e trabalhadores urbanos. Um exemplo disso é a parceria construída com a cooperativa de táxi do bairro de Santa Tereza para a entrega das Cestas durante a pandemia e a aspiração em estruturar uma escola camponesa de agroecologia. Esses são exemplos práticos da construção de uma Governança Comunitária e uma rede que solidificam os elos para a construção da soberania alimentar.

4 CONCLUSÃO

Retomando o ponto de partida, a mudança na qualidade da conjuntura, que vinha sendo ensaiada desde as jornadas de junho de 2013 (Teixeira, 2020) e se consolida com o golpe de 2016, se figura como uma derrota estratégica (Argôlo, 2018). Essa derrota política em parte é expressão da redução de capacidade de organização e mobilização dos setores mais populares e se expressa no âmbito da política institucional (Consulta Popular, 2004). Para Harnecker (2003), no período em que as forças populares se encontram recuadas e com pouca capacidade de intervenção política, coloca-se na ordem do dia a reorganização das forças sociais. Em outras palavras, a articulação de diferentes frações de classes em torno de um interesse comum para impor uma derrota aos inimigos de classe e alterar, assim, a correlação de força.

Nesse sentido, o SAAP traz inovações para as reflexões táticas-estratégicas de como reconstruir essa força social, dentro das perspectivas estratégicas do MPA. Em primeiro lugar, o movimento organiza meios para realizar a atividade econômica de uma fração de classe que vem sofrendo com os encargos do latifúndio, do agronegócio e de atravessadores. Em segundo lugar, possibilita que essa realização da atividade econômica esteja associada à possibilidade de transformação social. Portanto, o movimento contribui na organização da atividade econômica a partir da perspectiva da governança comunitária, do cooperativismo, da solidariedade, do estudo e da reflexão sobre a realidade brasileira.

Do ponto de vista político deve articular uma economia de luta – que seja alternativa ao agronegócio – e para luta– autossustentação – com a ideia dos Territórios de Soberania Alimentar, que materialize, no âmbito econômico-produtivo, uma nova forma de ordenar o território que confira crescente legitimidade à organização e às lutas de massas. (Palmeira *et al.*, 2019, p. 92)

A partir daí, o MPA-RJ, por meio do SAAP, articula os interesses dos camponeses aos interesses dos trabalhadores urbanos. Desse modo, possibilita o modo de vida camponês atuando não somente na produção, como também no escoamento e na circulação de mercadorias. Conseqüentemente, permite e facilita o acesso a alimentos saudáveis nos centros urbanos (tanto por meio de comercialização quanto por meio

de ações de solidariedade a trabalhadores desempregados e/ou em situação de vulnerabilidade econômica e social). Vale lembrar que o movimento também tem desenvolvido sua atuação por meio de atividades político-culturais que promovem a conscientização quanto à questão do modo de produção camponês e a soberania alimentar.

Por tanto, este trabalho visa fomentar o debate sobre a importância da articulação entre a disputa político-ideológica associada à organização produtivo-econômica dos setores mais populares. Como diria o dito popular, “saco vazio não para em pé”. Desse modo, a organização política só é possível de ser realizada se há condições básicas de sobrevivência garantidas. O MPA não só possibilita essa condição de sobrevivência como a constrói sob outros tipos de relações, que não a capitalista.

Cabe dizer que, o contexto pandêmico impossibilitou uma pesquisa mais próxima dos sujeitos envolvidos na dinâmica do SAAP (camponeses, consumidores organizados, voluntários e beneficiários das ações de solidariedade). Esse fator torna inviável uma análise qualitativa do desenvolvimento de consciência (Iasi, 2011) e do conhecimento adquirido e construído por esses sujeitos quanto as pautas trabalhadas pelo movimento.

Assim, cabe aos próximos estudos responder como e quanto a práxis construída pelo SAAP promove o desenvolvimento da consciência revolucionária (Iasi, 2011). Além disso, também fica demarcada a necessidade de se estudar outras experiências de organização econômica e política que envolvam mais diretamente a realidade das periferias urbanas. Esses estudos podem contribuir na reflexão sobre o papel da igreja na organização das comunidades e também indicar caminhos para a reconstrução de força social nas periferias urbanas.

Por fim, este trabalho não é mais que uma reflexão dentre todas as formulações que visam uma contraofensiva popular capaz de alterar a atual correlação de forças. Para sair da condição de derrota estratégica é necessário organizar a defensiva estratégica (Argôlo, 2018), e isso perpassa a reconstrução de força social.

REFERÊNCIAS

Argôlo, Herick. O que é uma derrota estratégica?. **Expressão Sergipana**, Opnião. Sergipe, 08 de agosto de 2018. Disponível em: <
<https://expressaosergipana.com.br/o-que-e-uma-derrota-estrategica/>>. Acessado em: 17 de abril de 2021.

Barbosa, Marina. Brasil tem 125 milhões de pessoas que não sabem se vão se alimentar bem. **Correio Braziliense**, crise, 14 de abril de 2021. Disponível em: <
<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/04/4918113-brasil-tem-125-milhoes-de-pessoas-que-nao-sabem-se-vaio-se-alimentar-bem.html>>. Acessado em 16 de abril de 2021.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record: 2000, p. 15-68.

BOITO JR, A. BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de sociologia e política** V. 21, Nº 47: 31-38 Set. 2013.

Boito, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?. **Crítica Marxista**, n.50, p.111-119, 2020.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é a participação**. 6ª EDIÇÃO. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

BRENNER, Neil. PECK, Jamie. THEODORO, Nik. **Após a neoliberalização?**: v. 14, n. 27, pp. 15-39. São Paulo: Cad. Metropolitana. 2012

CAMPOS, Adriano. SOEIRO, José. **A falácia do empreendedorismo**. Bertrand editora. Lisboa, 2016.

COLOMBI, A.P.F. KREIN, J.D. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0223441, 2019.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista de Estudos Galegos**, nº 2, junho de 2017.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

HARNECKER, M. **Estratégia e tática**. Expressão Popular, São Paulo, 2003.

HARNECKER, M. **Um mundo a construir**. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

HENRIQUES, F.C. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores? . **Latitude**, Vol. 8, nº 1, pp. 63-91, 2014.

IBGE. **Pulso Empresa**. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>>. Acessado em: 20 de abril de 2021

KALECKI, Michal. Aspectos políticos del pleno empleo. **Clásicos**, Nº 21, 2015.

PALMEIRA, Humberto. *Et.Al.* **Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular**. 1ª EDIÇÃO. Outras Expressões, São Paulo, 2019.

PINHEIRO, D.C. **Em busca de contribuições para a gestão na economia solidária**: um estudo a partir da literatura e do caso CECOSOLA. FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2013.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, 29 (85), 2015.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Nota técnica**, IPEA, 2004.

POCHMANN, Marcio. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In: **Precarização e tercerização**: faces da mesma realidade. São Paulo, 2016B.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA**: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 19, nº. 31, 2016.

Saraiva, Alessandra. Villas Boas, Bruno. IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador. **Valor Econômico**, Brasil, 17 de setembro de 2020. Disponível em: < <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml>>. Acessado em: 23 de março de 2021.

SILVA, M.B. **Cesta camponesa de alimentos saudáveis**: uma estratégia na Aliança campo-cidade por soberania alimentar. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª EDIÇÃO. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SOBRINHO, A.P.M. GONÇALVES, T.J.T. **Economia solidária**: um caminho para a geração de renda e inclusão social. Geoiçá, UEM. Maringá, v. 3, n. 2 , p. 100-124, 2011.

Soltec/UFRJ. DEP/UNIRIO. **Experiências de Comercialização de Cestas da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro**: Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2020.

Alvarenga, Darlan. Desemprego no Brasil salta a taxa recorde de 14,6% no 3º trimestre e atinge 14,1 milhões. **G1**, Economia, 27 de nov de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/27/desemprego-no-brasil-atinge-146percent-no-trimestre-encerrado-em-setembro.ghtml>>. Acessado em: 23 de março de 2021

Alves, J E D. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **Instituto Humanitas Unisinos**, 01 de novembro de 2018. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

Boulos: “Esquerda caiu no lugar comum de ir na periferia a cada quatro anos pedir voto”. **El País**, El País TV. São Paulo, 09 de setembro de 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-09/boulos-esquerda-caiu-no-lugar-comum-de-ir-na-periferia-a-cada-quatro-anos-pedir-voto.html>>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

Camurça, Marcelo. RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2019, Vol. 2 n. 25.

Carignano, Júlio. Brasil tem justiça seletiva e alimenta ódio ao PT. **Sul21**, 13 de setembro de 2017. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2017/09/brasil-tem-justica-seletiva-e-alimenta-odio-ao-pt-afirma-padilha/>>. Acessado em: 17 de abril de 2021.

Cartilha do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político. São Paulo, novembro de 2013. Disponível em: < <https://sp.cut.org.br/acao/cartilha-do-plebiscito-popular-por-uma-constituente-exclusiva-e-soberana-do-sist-e5fa>>. Acessado em: 12 de abril de 2021.

CARVALHO, J.L.F. BARROS, D.F. DA COSTA, A.M. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 1, pp. 179-197, Mar./Abr. 2011.

Chesnut, Andrew in: Por que igrejas evangélicas ganharam tanto peso na política da América Latina? Especialista aponta 5 fatores. **BBC News**, Brasil, 22 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50462031>>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

Consulta Popular. Acumular forças para construção de um projeto popular de transformações na nossa sociedade. **América Latina em movimento**, Brasil. São Paulo, 2 de outubro de 2005. Disponível em: < <https://www.alainet.org/es/node/113173?language=es>>. Acessado em: 14 de abril de 2021.

Consulta Popular. Refundar a esquerda para refundar o Brasil. **Rebelión**, São Paulo, 13 de junho de 2004. Disponível em: < <https://rebelion.org/refundar-a-esquerda-para-refundar-o-brasil/>>. Acessado em: 13 de abril de 2021.

Consulta Popular. **Saída para o Brasil**: A unidade das forças populares, Luta de massas, Construção da constituinte. Consulta Popular, Cartilha 23, 1ª Edição. São Paulo, 2015.

Coronavírus: Brasil tem curva de mortes mais acelerada entre países com mais óbitos por Covid-19. **G1**, Bem estar, coronavírus, 03 de março de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/03/coronavirus-brasil-tem-curva-de-mortes-mais-acelerada-entre-paises-com-mais-obitos-por-covid-19.ghtml>>. Acessado em: 23 de março de 2021

Costa, Henrique. Esquerda perde espaço nas periferias: Um debate. **Instituto Humanitas Unisinos**, 01 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568185-desintegracao-social-avanca-aceleradamente>>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

Machado, M D C. Vital, Christina. O papel da Igreja Pentecostal nas lacunas sociais. **Outras Palavras**, Outras Mídias, Crise Brasileira. Brasil, 05 de março de 2020. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-papel-da-igreja-petencostal-nas-lacunas-sociais/>>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

Mortari, Marcos. O antipetismo chegou à esquerda (e pode ameaçar o protagonismo do PT nos próximos anos). **Infomoney**, Análise, 22 de novembro de 2018. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/politica/o-antipetismo-chegou-a-esquerda-e-pode-ameacar-o-protagonismo-do-pt-nos-proximos-anos/>>. Acessado em: 17 de abril de 2021.

NIEMEYER, C.B. **Movimentos sociais como produtores de conhecimento**: a soberania alimentar no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

Nogueira Costa, Fernando. A Esquerda e Os Evangélicos. **Blog Cidadania e Cultura**, 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2019/06/19/a-esquerda-e-os-evangelicos/>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

Palmeira, Humberto. Teixeira, Leile. **Sistema Popular de Abastecimento Alimentar (SAAP)**: a experiência de comercialização do MPA-RJ. Agroecologia 2020, VIII congresso latinoamericano, Identidad Latinoamericana Tejiendo el Territorio Transformaciones Urgentes para la Vida. Montevideo, noviembre de 2020.

PASSOS, Luana. Et. Al. O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. **Nota técnica**, IPEA. Brasília, Nº 27, 2016.

PECK, Jamie. THEODORO, Nik. **Variegated capitalismo**. 2007.

PIB do Brasil: histórico e evolução em gráficos. **Gazeta do povo**, Economia. 03 de março de 2021. Disponível em: < <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>>. Acessado em: 23 de março de 2021.

Prandi, Reginaldo. Santos, R W. Bonato, Massimo. Igrejas Evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. Dossiê Religião e Modernidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 43-60, janeiro/fevereiro/março 2019.

Stédile, J P. In: Brasil. Joao Pedro Stedile habla de la cada vez mayor soledad de Bolsonaro. **Resumen Latinoamericano**, Nuestra América, Brasil, 06 de abril de 2021. Disponível em < <https://www.resumenlatinoamericano.org/2021/04/06/brasil-joao-pedro-stedile-habla-de-la-cada-vez-mayor-soledad-de-bolsonaro/>>. Acessado em: 16 de abril de 2021.

Teixeira, C S G. Bolsonaro e o desafio à ciência política. **Revista Forum**, Debates, 28 de abril de 2020. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/debates/bolsonaro-e-o-desafio-a-ciencia-politica-por-carlos-savio-teixeira/>> Acessado em: 05 de maio de 2020

APÊNDICES

Apêndice A – Tabela de evolução da Cesta Camponesa

2015			2016			2017		
unidades produtivas	cestas entregues	núcleos	unidades produtivas	cestas entregues	núcleos	unidades produtivas	cestas entregues	núcleos
25	176	4	30	290	4	33	467	9
2018			2019			2020		
unidades produtivas	cestas entregues	núcleos	unidades produtivas	cestas entregues	núcleos	unidades produtivas	cestas entregues	núcleos
36	502	10	100	492	12	46	5810	15

Apêndice B – Entrevista com Ali Alvarez, coordenador do MPA-RJ

Entrevista realizada dia 02 de maio de 2021 por e-mail.

Sobre a base produtiva

1. Quantas famílias camponesas estão articuladas atualmente no MPA-RJ? Onde estão?

Só no estado do RJ o MPA tem aproximadamente uma articulação com mais de 100 famílias, entre essas experiências mais de 50% põem em prática a agroecologia como modelo técnico de produção e outras que estão dentro do processo de transição pro agroecológico. As experiências produtivas estão distribuídas pelas em regiões como Teresópolis, Magé, Silva Jardim, São Gonçalo, baixada fluminense, Maricá e Niterói. Ademais, existem outras experiências de produção familiares, cooperativas e assentamentos espalhados por outras partes do país.

2. Todas essas famílias camponesas já trabalhavam no campo antes de conhecer o movimento?

Nem todas as experiências de produção familiar estão localizadas nos territórios rurais, algumas famílias pertencem as áreas urbanas e isso também faz parte da construção da aliança campo-cidade. Contudo, com respeito às famílias camponesas, a maioria herdou a cultura produtiva de trabalho da terra. Desse modo, algumas já estavam no campo e outras estão caminhando de volta.

3. Qual a condição da terra onde as famílias camponesas trabalham? São de propriedade privada?

Algumas são pequenas propriedades de terra, outras experiências coletivas como as dos quilombos, cooperativas e associações. Essas famílias camponesas são chamadas de unidades de produção que quando se organizam desde seus territórios chegam a conformar o Centro Territorial de produção este representa o alicerce fundamental do território camponês.

4. As famílias camponesas conheciam a agroecologia antes de se articular com o movimento?

Algumas famílias já caminhavam de mãos dadas com a agroecologia embora não conhecessem o termo. Outras ainda não a praticavam, mas estão se inserindo no processo de transição para o agroecológico e o orgânico.

5. O movimento assessoria de alguma maneira a produção das famílias camponesas? Como?

O movimento faz o acompanhamento técnico das famílias camponesas com produtores camponeses experientes ou técnicos profissionais na área. Os Centros Territoriais de cooperação representam um instrumento articulador capaz de brindar aos produtores uma assessoria técnica, econômica e jurídica para suas atividades produtivas. Além disso, os Centros também abraçam um elemento fundamental chamada “organização comunitária” que não é mais do que os passos rumo à construção do poder popular. É a partir dos Centros que se dá a distribuição de sementes, a formação organizativa e a organização para a comercialização.

Sobre os recursos financeiros

1. Quais são as principais fontes de recurso financeiro do movimento?

As feiras agroecológicas, a Cesta Camponesa, outras micro experiências de nacionalização do Raízes do Brasil, as cooperativas, e também o financiamento por parte de sindicatos, de centros acadêmicos etc. Esses são os instrumentos que o MPA constrói para a auto sustentabilidade dos seus projetos.

2. A produção camponesa e o SAAP contribuem para a auto sustentação do movimento?

O SAAP é um sistema que organiza a produção, a comercialização e a distribuição da produção. Não é a produção e o SAAP, a produção faz parte do SAAP. É verdade que a produção representa o eixo mobilizador do SAAP, sem produção de alimentos não se materializam os demais passos, por tanto ainda que a produção camponesa não atinja o 100% da sustentabilidade do movimento, consegue manter em pé a vida política do movimento. Tanto que a produção camponesa tem permitido impulsionar iniciativas como o mutirão contra a fome e a distribuição de produtos agroecológicos em favelas da cidade do RJ. Assim atendemos mais de 300 famílias de forma permanente, com a distribuição de mais de 10.000 cestas desde o início da pandemia.

Sobre o Raízes do Brasil

1. Qual o impacto do Raízes no território?

Converte o bairro de Santa Teresa em um ponto de encontro das famílias urbanas. Aí elas podem intercambiar experiências, ideias, sabores, cheiros e cores sobre o que representa uma alimentação saudável. Assim essas famílias vislumbram ideias materiais de proximidade entre o campo e a cidade, como conhecer a proveniência dos alimentos, quem os produz, como e porque essa técnica de produção agroecológica. Além disso, tem permitido criar um plano de atividades no âmbito sociocultural, servindo de ponto de encontro para artistas populares de movimentos parceiros do MPA. Desse modo, impulsionamos nosso projeto político pelas lentes da poesia, da música e da dança. Antes da pandemia os/as moradoras de Santa Teresa e bairros vizinhos frequentavam os espaços e eventos do Raízes. Agora com a pandemia mudamos o formato de atendimento para salvaguardar a integridade dos clientes e dos militantes.

Mas o Raízes do Brasil não só tem gerado um impacto no território onde está localizado, senão permitido que militantes de outros estados vislumbrem alternativas para comercialização e consumo de alimentos saudáveis. Então, o Raízes também da projeção cultural e política a nível nacional aos espaços que representam novas alternativas de consumo e comercialização popular.

Podemos dizer que o Raízes do Brasil funciona como um instrumento pedagógico e contribui para a materialização da aliança campo-cidade estabelecida nas linhas gerais do Plano Camponês. O Raízes também é um espaço onde militantes de esquerda podem debater e construir agendas de trabalho permanente para a luta por soberania alimentar.

2. Como organizam o trabalho no Raízes?

Antes da pandemia o Raízes do Brasil possuía uma coordenação geral e contava com a contribuição de militantes e estudantes que ajudavam com as atividades do espaço. Com a pandemia tivemos que reestruturar nossa estrutura organizativa. Constituímos então duas brigadas, uma interna e outra externa. A externa

operacionaliza elementos como comunicação, gestão e controle de pagamentos e sistematização. A brigada interna coordena, orienta, vigia, articula e cuida dos processos mais gerais da cesta camponesa, da feira e da própria relação com os/as produtores. Também são responsáveis pela feirinha permanente do Raízes. A brigada interna possui um sistema de revezamento semanal da tarefa de coordenação. Assim buscamos que esta responsabilidade potencialize a capacidade de direção de todos os militantes que integram a equipe. Existem outras responsabilidades de caráter fixo e rotativos que correspondem às tarefas de cuidado e manutenção do espaço, como organizar o “a fazer” das refeições da semana. Por isso a brigada interna conta com três frentes: A) A frente SAAP que guarda e conserva todas as atividades referente a cesta camponesa, feirinha, produção e distribuição; B) A frente dos cuidados da casa, que organiza todas as atividades a serem feitas na semana desde a limpeza dos espaços, até o momento de fazer as refeições; C) Frente político ideológica, que orienta os processos de estudo, as atividades esportivas, recreativas e culturais.

3. Quantos militantes trabalham na brigada permanente do Raízes?

Na brigada interna participam 9 militantes do MPA e 1 do Congresso de Los Pueblos de Colômbia. Na brigada externa participam 6 militantes do MPA. No total somos 16 militantes envolvidos no processo de forma direta. Também contamos com a participação de parceiros no setor do transporte, membros da cooperativa de transporte urbano de santa taxi (TANTAXI) com quem criamos uma aliança de trabalho e parceria de distribuição dos produtos e da cesta camponesa. Outros militantes e parceiros também contribuem na mobilização e transporte das mercadorias da roça para a cidade.

4. Como são remunerados os militantes da brigada permanente do Raízes?

Os militantes das brigadas recebem uma ajuda de custo que pode ser acrescida por contribuições solidárias das famílias camponesas e por doações de clientes (gorjetas) que voluntariamente agregam um valor adicional nas compras.